



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO (Inciso I, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

A presente licitação tem por objetivo a Contratação de Pessoa Jurídica para a realização de exames laboratoriais constantes na Tabela SUS (documento anexo), incluindo material para coleta, análise do material e obtenção do resultado, visando a assistência aos pacientes atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde, UPA Municipal, RENALS e demais Unidades da Diretoria de Saúde, que compõem a rede básica do Município de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.

Com o intuito de dar continuidade no atendimento aos pacientes da rede municipal de saúde do Município de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, tendo como base o agendamento de exames laboratoriais.

Considerando que os exames laboratoriais são necessários como apoio para diagnósticos de inúmeras patologias, sendo instrumento para complementar a assistência médico-hospitalar realizada nas Unidades Básicas de Saúde e da UPA Municipal.

Considerando a necessidade de ampliar o rol de exames, uma vez que houve a aquisição de novas especialidades médicas para atender a demanda do Município.

Considerando o interesse de potencializar a capacidade de resposta da rede assistencial de modo a propiciar condições de atendimento aos usuários da rede pública, garantindo assim maior agilidade e eficiência na realização na apresentação dos resultados dos exames laboratoriais.

Trata-se de previsão necessária para atender a demanda reprimida das unidades de saúde e atender as portarias GM/MS de nº 731 de 16/04/2021 para exames laboratoriais para as Unidades Básicas de Saúde, UPA Municipal e demais unidades da Diretoria de Saúde, prevendo o consumo para 12 (doze) meses, tendo como objetivo a complementação dos exames, pois nos dias atuais não atende a realidade da demanda.

Ressalta-se o aumento da procura dos Municípios pelas consultas médicas, sendo necessário para a diagnóstico médico, exames complementares que visam trazer informações que vão além dos dados colhidos e do exame físico realizado pelo profissional médico da saúde. Exames estes que são de suma importância, pois são solicitados para oferecer subsídio ou responder a necessidade de alguma investigação clínica, seja ela diagnóstica, prognóstica, para estabelecimento de conduta médica sejam elas visando prevenção, promoção e tratamento, que se não efetuados em momento oportuno poderá acarretar uma piora nas condições de saúde dos pacientes, podendo tornar ainda mais oneroso o gasto com a saúde no Município caso os mesmos venham a mudar o nível de complexidade no atendimento.

Há que se levar em conta ainda, a revogação das leis que regiam as licitações públicas no âmbito municipal. As leis 8.666/93 e 10.520/2002 foram revogadas em dezembro de 2023 e, a partir de janeiro de 2024 todos os procedimentos de aquisição e contratação de serviços deverão estar em consonância com a nova legislação (Lei nº 14.133/2021).

Diante de tudo, busca-se a Contratação de Entidades Prestadores de Serviços de Assistência à Saúde, na área de Análises Clínicas, nas quantidades e especificações contidas no



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Termo de Referência, para atender a demanda da Diretoria de Saúde, da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.

**2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (Inciso III, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

As quantidades foram estimadas considerando-se informações sobre a demanda realizada pela Central de Regulação de Vagas, vinculado a Unidade Demandante do órgão a que se destina a prestação de serviços;

Serão atendidos Pacientes do SUS para procedimentos com finalidade diagnóstica;

Serão realizados mensalmente aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil) exames laboratoriais por mês divididas de acordo com as necessidades de cada procedimento entre os credenciados;

O prestador do serviço será remunerado por produção;

Os exames serão encaminhados pela Diretoria Municipal de Saúde ao Prestador para realização dos procedimentos;

O prestador do serviço deverá estar em dia com os tributos legais, inclusive, a Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária, bem como deverá quando da Contratação comprovar sua regularidade junto o CNES e demais normas sanitárias.

O Serviço deverá ser realizado ao Custo da Tabela de Procedimento SUS;

Os laboratórios deverão ser devidamente equipados e prestar os serviços no Município de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo;

A Contratada possibilitará a fiscalização pela Contratante quanto execução do serviço, controle e supervisão dos seus contratos. Deverá ser firmado entre a Diretoria Municipal de Saúde de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo e a Empresa Contratada, a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

A Contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados envolvidos na prestação dos serviços.

A fiscalização da execução dos serviços/produto abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas pela Contratante ou no Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

A Contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços/produtos em bom estado de funcionamento.

A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do artigo 6º da IN nº 01/2010 (Compras Sustentáveis). Os serviços serão



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

executados pela Empresa Adjudicada, não se admitindo recusa da parte daquela em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

**3 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO (Inciso IV, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

As quantidades de Exames a serem contratados se encontram estipuladas no Termo de Referência, e foram apuradas pela Equipe Técnica da Diretoria da Saúde com base na demanda atendida pela Diretoria no ano de 2023 e 2024, considerando-se, ainda, que a cada ano que passa a demanda do serviço aumenta na rede pública municipal.

Ademais, a estimativa de quantitativo necessário para suprir a demanda atual desses serviços está descrita na tabela que faz parte do Termo de Referência.

**4 – PESQUISA DE MERCADO (Inciso V, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

Será utilizado os valores constantes da Tabela SUS.

**5 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inciso VI, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

Será utilizado os valores constantes da Tabela SUS.

**6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Inciso VII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

A presente prestação de serviços se faz necessária visando o acolhimento de pacientes do município com necessidade de realizar exames laboratoriais para fins de acompanhamento e tratamento médico na rede pública municipal.

É relevante citar que a interrupção do fornecimento do serviço pode acarretar danos aos pacientes, resultando em sérias consequências na saúde e na qualidade de vida ou sobrevida das mesmas, podendo, o município, sofrer as penalidades previstas em lei pelo não atendimento dessa população.

**7 – JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Inciso VIII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

Em regra, conforme da Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Desse modo, e considerando, que o objeto licitado não forma, necessariamente, um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades, pois os serviços demandados não estão intrinsecamente ligados e o desmembramento destes serviços e materiais em grupos diferentes preserva a competitividade entre as empresas na prestação de serviços, aumentando e melhorando a qualidade da prestação de serviços na execução contratual.

**8 - INFORMANDO AS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inciso XI, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Não se verifica, nesta unidade, contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação da demanda descrita neste Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

Inexiste, ainda, Chamamento Público válido cujo objeto seja igual ou semelhante ao contratado no presente processo licitatório, **tendo em vista que o Aditivo Contratual ainda não foi finalizado.**

**9 - INFORMANDO OS RESULTADOS PRETENDIDOS** (Inciso IX, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

O resultado pretendido com essa contratação é o de garantir que os serviços sejam utilizados para fins de acolhimento e tratamento integral de pacientes da rede pública municipal auxiliando-se, assim, o Setor de Regulação de Vagas de Exames e Cirurgias da Diretoria.

**10 - REGISTRANDO AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS** (Inciso X, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Por se tratar de contratação de empresa especializada, não haverá providências a serem adotadas quanto a treinamentos ou adaptação na infraestrutura.

**11 - DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS** (Inciso XII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Não há impactos ambientais relacionados à contratação.

**12 - DEMONSTRANDO O ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO** (Inciso II, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

A Contratação não se encontra prevista no Plano Anual de Contratações em razão do Município de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, não possuir constituído o referido plano no atual exercício financeiro.

**13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.** (Inciso XIII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Ante o exposto, a Equipe Técnica da Diretoria Municipal de Saúde, constatou-se que o Processo Licitatório de Chamamento Público para Contratação de Entidades Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, na área de Análises Clínicas, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, para atender a demanda da Diretoria de Saúde, da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, se mostra necessária, adequada e viável, tendo em vista a grande procura do serviço na rede pública municipal, além de não se perder de vista a obrigatoriedade do Município proporcionar saúde, em concepção ampla da palavra, aos usuários do serviço.

São Joaquim da Barra, 10 de setembro de 2025.

**JORGE GUILHERME KRUGER**  
**DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE**



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO:**

Trata-se de Processo Licitatório de Chamamento Público para Contratação de Entidades Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, na área de Análises Clínicas, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, para atender a demanda da Diretoria de Saúde, da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.

**2. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTIDADES**

QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
	EXAMES	<ul style="list-style-type: none"><li>- Serão atendidos pacientes SUS para procedimentos com finalidade diagnóstica, conforme elencados no anexo I;</li><li>- <b>Serão realizados mensalmente aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil) exames laboratoriais por mês divididos de acordo com as necessidades de cada procedimento entre os credenciados;</b></li><li>- O prestador do serviço será remunerado por produção;</li><li>- Os exames serão encaminhados pelo Departamento Municipal de Saúde ao prestador para realização dos procedimentos;</li><li>- O prestador deverá estar em dia com os tributos legais, inclusive a licença de funcionamento da Vigilância Sanitária, bem como deverá quando da contratação comprovar sua regularidade junto o CNES e demais requisitos constantes do edital;</li><li>- O serviço deverá ser realizado ao custo da Tabela de procedimento SUS;</li><li>- Os Laboratórios devidamente equipados deverão estar prestando serviços no município;</li><li>- Os exames deverão ser colhidos e realizados no município durante as 24 horas. O Laboratório não poderá ser apenas Posto de Coleta.</li><li>- Liberação o resultado dos exames em um prazo máximo de 05 (cinco) dias nos exames de rotina e 10 (dez) dias nos exames de hormônios após a coleta do material, sendo que os laudos deverão ser entregues impressos, devidamente assinados e envelopados;</li><li>- Comprovação de calibração dos aparelhos (apresentação do contrato com a empresa prestadora dos serviços);</li><li>- Apresentação de documentos que comprovem que o Laboratório tenha o controle externo de qualidade, obrigatório pela RDC 302:2005 da ANVISA, sendo um elemento de fundamental importância para a garantia da qualidade do laboratório clínico moderno;</li><li>- <b><u>Os laboratórios deverão além de atender os exames solicitados pelos médicos da Unidade de Saúde também deverão atender em regime de plantão 24 horas a UPA, o Hospital Campanha e a Renals, emitindo o laudo em até duas horas da solicitação, nas 24 (vinte e quatro) horas do dia. O não cumprimento do regime de plantão 24 horas cancela o credenciamento do contrato do laboratório.</u></b></li></ul>



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

### **3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1 A presente licitação tem por objetivo a Contratação de Pessoa Jurídica para a realização de exames laboratoriais constantes na Tabela SUS, incluindo material para coleta, análise do material e obtenção do resultado, visando a assistência aos pacientes atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde, UPA Municipal, RENALS e demais Unidades da Diretoria de Saúde, que compõem a rede básica do Município de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.

3.2. Com o intuito de dar continuidade no atendimento aos pacientes da rede municipal de saúde do Município de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, tendo como base o agendamento de exames laboratoriais.

3.3. Considerando que os exames laboratoriais são necessários como apoio para diagnósticos de inúmeras patologias, sendo instrumento para complementar a assistência médico-hospitalar realizada nas Unidades Básicas de Saúde e da UPA Municipal.

3.4. Considerando a necessidade de ampliar o rol de exames, uma vez que houve a aquisição de novas especialidades médicas para atender a demanda do Município.

3.5. Considerando o interesse de potencializar a capacidade de resposta da rede assistencial de modo a propiciar condições de atendimento aos usuários da rede pública, garantindo assim maior agilidade e eficiência na realização na apresentação dos resultados dos exames laboratoriais.

3.6. Trata-se de previsão necessária para atender a demanda reprimida das unidades de saúde e atender as portarias GM/MS de nº 731 de 16/04/2021 para exames laboratoriais para as Unidades Básicas de Saúde, UPA Municipal e demais unidades da Diretoria de Saúde, prevendo o consumo para 12 (doze) meses, tendo como objetivo a complementação dos exames, pois nos dias atuais não atende a realidade da demanda.

3.7. Ressalta-se o aumento da procura dos Municípios pelas consultas médicas, sendo necessário para a diagnóstico médico, exames complementares que visam trazer informações que vão além dos dados colhidos e do exame físico realizado pelo profissional médico da saúde. Exames estes que são de suma importância, pois são solicitados para oferecer subsídio ou responder a necessidade de alguma investigação clínica, seja ela diagnóstica, prognóstica, para estabelecimento de conduta médica sejam elas visando prevenção, promoção e tratamento, que se não efetuados em momento oportuno poderá acarretar uma piora nas condições de saúde dos pacientes, podendo tornar ainda mais oneroso o gasto com a saúde no Município caso os mesmos venham a mudar o nível de complexidade no atendimento.

3.8. Há que se levar em conta ainda, a revogação das leis que regiam as licitações públicas no âmbito municipal. As leis 8.666/93 e 10.520/2002 foram revogadas em dezembro de 2023 e, a partir de janeiro de 2024 todos os procedimentos de aquisição e contratação de serviços deverão estar em consonância com a nova legislação (Lei nº 14.133/2021).

3.9. Diante de tudo, busca-se a Contratação de Entidades Prestadores de Serviços de Assistência à Saúde, na área de Análises Clínicas, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, para atender a demanda da Diretoria de Saúde, da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.

### **4. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

#### **4.1. LOCAL DOS SERVIÇOS DE COLETA E REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

1. Os locais de coleta bem como a entrega dos exames serão de responsabilidade dos próprios laboratórios vencedores do certame, também serão os responsáveis pelos materiais de insumo tais como: luvas com ou sem talco, agulhas, seringas, agulhas a vácuo, tubos a vácuo, álcool, garrote, frascos de coleta de urina e fezes, sabão antisséptico, lancetas, algodão, adaptador para coleta a vácuo, entre outros que se fizerem necessários.
2. Em caso de necessidade de recoleta, o Laboratório vencedor terá por responsabilidade entrar em contato com o paciente e solicitar uma nova coleta em suas próprias instalações, enviando a este uma nova solicitação.
3. Os contratados deverão realizar a coleta do material dos pacientes com dificuldade de ambulação em suas residências, conforme solicitações expedidas pelo Departamento Municipal da Saúde, sem custo adicional para a Administração Pública Municipal.
4. **Os contratados deverão liberar o resultado dos exames em um prazo máximo de 05 (cinco) dias nos exames de rotina e 10 (dez) dias nos exames de hormônios após a coleta do material, sendo que os laudos deverão ser entregues impressos, devidamente assinados e envelopados;**
5. A Administração não se obriga a contratar todos os serviços oferecidos, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda do município de São Joaquim da Barra;
6. Os serviços contratados ficarão sob regulação do Departamento Municipal de Saúde, podendo, com ampliação do horário de atendimento das unidades, ter seus horários adequados conforme necessidade e conveniência

**5. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

- 5.1. – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 5.2. - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 5.3. Após a assinatura do contrato, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 5.4. - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 5.4.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 5.4.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.





**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**5.4.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**5.4.4.** No caso de constatadas ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou à autoridade superior.

**5.5.** A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

**5.5.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**5.6.** A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**5.7.** A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**5.8.** Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

**5.8.1.** A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**5.9.** A Administração Municipal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**5.10.** As comunicações entre a Administração Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.11.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, será exigida a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**





**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

6.1. A avaliação da execução do objeto deverá levar em conta os itens deste Termo de Referência, do qual constam especificação do objeto, unidade de medida e quantitativos.

6.2. Os pagamentos à contratada serão realizados parceladamente, conforme medição da efetiva execução dos serviços mensais.

6.3. Poderão ser descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis à Contratada, devendo haver proporcionalidade com a irregularidade verificada, quando restar comprovado:

6.3.1. Que não foram produzidos os resultados acordados;

6.3.2. Que a contratada deixou de executar, ou não executou dentro das quantidades mínimas, as atividades contratadas;

6.3.3. Que a contratada deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços ou que os utilizou em quantidade ou qualidade inferior à necessária;

6.3.4. A realização dos descontos indicados no item anterior não prejudica a aplicação de sanções à Contratada, por conta da não execução dos serviços.

6.4. Os valores dos serviços serão faturados de acordo com o preço auferido no processo de contratação.

6.5. As faturas deverão ser emitidas pela Contratada e apresentadas à contratante no Departamento Municipal de Saúde ou enviadas por e-mail para [compras\\_saude@saojoaquimdabarra.sp.gov.br](mailto:compras_saude@saojoaquimdabarra.sp.gov.br).

**7. PAGAMENTO:**

7.1. O pagamento será efetuado pela Contratante, mediante procedimento bancário, em conta corrente da contratada, em até 15 (quinze) dias contados da emissão da nota fiscal, que deverá contar com a manifestação favorável do Departamento Responsável.

7.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura (preço diferente do contratado ou qualquer outra irregularidade) ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação do processo de pagamento será suspensa para que a contratada adote as providências necessárias à correção, passando a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da nota fiscal/fatura reapresentada.

7.3. Havendo atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, incidirá correção monetária sobre o valor devido, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$$

365                      TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.4. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é devido no local do estabelecimento do prestador de serviço ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

7.5. O valor do pagamento será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados e de itens fornecidos, aplicando-se eventual desconto em função de irregularidade verificada por culpa da contratada, se for o caso.

**8 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de credenciamento, com fundamento na Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme lei nº 14.133/2021.

8.3. Para fins de habilitação econômico-financeira a contratada deverá apresentar apenas a certidão negativa de falência expedida pelo órgão distribuidor da sua sede.

8.3.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

c) Pesquisa na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>).

8.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio da análise dos documentos apresentados.

8.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação de habilitação, ou encaminhar, quando solicitado pela contratante, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

8.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**8.12. Habilitação Jurídica:**

8.12.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.12.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.13. Qualificação Técnica:**

8.13.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado.

8.13.2. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;

8.13.3. Apresentação de Licença de Funcionamento e Alvará emitido pela Vigilância Sanitária do Município sede.

8.13.4. Certificado de Registro no CREMESP ou outro órgão competente;

8.13.5. Croqui com Layout detalhado de toda Unidade;



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

8.13.6. Indicação dos Equipamentos Técnicos Especializados;

8.13.7. Relação da Equipe Médica e de outras categoriais profissionais, com número de inscrição no Conselho Competente, carga horária, com qualificação completo dos responsáveis pelos serviços especializados;

8.13.8. Indicação do percentual da capacidade instalada que está destinada a particulares e convênios com terceiros (anexar xerox dos contratos);

8.13.9. Apresentar planilha detalhada relacionando todos os serviços que possa realizar atendendo a necessidade do Município.

**8.14. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

8.14.1. No caso de pessoa jurídica: Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.2. Prova de inscrição no cadastro de **CONTRIBUINTE ESTADUAL** e/ou **MUNICIPAL**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14.3. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

8.14.3.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação da Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

8.14.4. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.14.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.14.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.14.7. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.14.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante A apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



**Prefeitura de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

8.14.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Administração Municipal sendo:

<b>02.04.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>
<b>10.302.0024.2041.0000</b>	<b>MANUTENÇÃO DA SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 15%</b>
<b>10.301.0023.2040.0000</b>	<b>MANUTENÇÃO DA SAÚDE ATENÇÃO BÁSICA – REC. ESTADUAL</b>
<b>10.302.0024.2042.0000</b>	<b>MANUTENÇÃO DA SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – REC. FED.</b>
<b>3.3.90.39.00</b>	<b>OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA</b>
<b>02.04.02</b>	<b>VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>
<b>10.305.0025.2047.0000</b>	<b>MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE – REC. ESTADUAL</b>
<b>3.3.90.39.00</b>	<b>OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA</b>

**10. DO REAJUSTE DE PREÇOS:**

10.1. A CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de atendimentos realizados durante o mês e o valor mensal corresponde ao número de atendimentos comprovadamente efetuados, divididos proporcionalmente entre os profissionais credenciados;

10.2. Da remuneração, serão deduzidos os impostos devidos legalmente.

10.3. O reajuste dos valores das remunerações dos serviços de saúde deverá observar a revisão anual da Tabela SUS, realizada por meio de ato do Ministério da Saúde, conforme dispõe o artigo 26, §5º, da Lei nº 8.080/1990.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.5. Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer

10.6. Caso os critérios estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

10.7. Os preços são considerados totais e completos, sendo vedado ao(à) credenciado(a) exigir qualquer tipo de contraprestação, ajuda, auxílio ou colaboração.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

São Joaquim da Barra, 10 de Setembro de 2025.

**JORGE GUILHERME KRUGER**  
**DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE**